

**NEOLIBERALISMO, POLÍTICA EXTERNA E  
POLÍTICA ECONÔMICA:  
NOTAS SOBRE O PERÍODO FHC**

**Renan Holanda Montenegro**

---

Mestrando em Relações Internacionais (UERJ)

Recebido em: 20 out. 2011

Aceito em: 20 nov. 2011

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma a diretriz neoliberal impactou a condução da atuação externa do Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Argumenta-se que o neoliberalismo ditou a forma e as condições da reforma do Estado iniciada no início da década de 90 e acentuada durante o período FHC. O artigo discute como a natureza ideológica do neoliberalismo foi um elemento de coordenação das estratégias de política externa e política econômica de 1994 a 2002 e quais foram os motivos que levaram ao esgotamento do modelo.

**Palavras-chave:** neoliberalismo, governo FHC, política externa.

## ABSTRACT

*This study aims to examine how neoliberal guideline has impacted the conduct of Brazilian foreign policy during the government of Fernando Henrique Cardoso. It is argued that neoliberalism has dictated the form and conditions of state reform initiated in the early 1990s and stressed during the FHC period. The article discusses how the ideological nature of neoliberalism was a coordination element of the strategies of foreign policy and economic policy from 1994 to 2002 and what were the reasons that led to the exhaustion of the model.*

**Keywords:** neoliberalism, FHC government, foreign policy.

## RESUMÉ

Cette étude vise à examiner comment la directrice néolibérale a affecté la conduite de la politique étrangère du Brésil durant

le gouvernement de Fernando Henrique Cardoso. On fait valoir que le néolibéralisme a dicté la forme et les conditions de la réforme de l'Etat initiée dans les années 1990 et approfondie pendant La période FHC. L'article explique comment la nature idéologique du néolibéralisme a été un élément de coordination stratégique de la politique étrangère et de la politique économique de 1994 à 2002 et quelles étaient les raisons qui ont conduit à l'épuisement du modèle.

**Mots-clés:** néolibéralisme, gouvernement FHC, politique étrangère.

# 1 INTRODUÇÃO

Tendo aberto seu mercado ao comércio internacional e, sobretudo, tendo alcançado a estabilidade monetária, o Brasil tornou-se capaz de estabelecer uma relação inteiramente diferente com a economia internacional: uma relação que já não se baseia na ideia de ameaça, mas na ideia de desafio. [...] Por nos tornarmos mais abertos, ficamos também mais sensíveis ao que ocorre em torno de nós. Em consequência, o Brasil vem expressando seus pontos de vista e suas preocupações sobre o funcionamento da economia internacional e, de forma mais ampla, do sistema internacional. [...] Desejo salientar que o Brasil não enxerga o seu desenvolvimento econômico e social ameaçado por obstáculos insuperáveis no plano internacional. Ao contrário: vemos um mundo de oportunidades diante de nós, e sabemos que depende de nós fazer o melhor para estar à altura do desafio da competição internacional.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

**(A política externa do Brasil**

**no início de um novo século:**

uma mensagem do presidente da República)

Analisar a política externa brasileira na década de 90 é analisar como o viés neoliberal influenciou os rumos e as decisões tomadas pelos governos que se seguiram nessa época. Definir neoliberalismo é tanto complexo, quanto arriscado. Grosso modo, trata-se de uma ideologia antes de ser uma teoria, cujas formulações práticas encontram suas raízes no liberalismo econômico. Até o início do período de redemocratização, a diplomacia tupiniquim, quase em consonância com a política econômica do País, tinha sua atuação baseada nos princípios do desenvolvimentismo. Os parâmetros de inserção e atuação externa estavam, nesse sentido, centrados na capacidade do Estado como motor da industrialização, na busca de parcerias que não limitassem o campo de ação do Brasil, no uso dos fóruns multilaterais para

levantar temas sensíveis às economias do Terceiro Mundo, etc. Pode-se afirmar que a economia precede a diplomacia. Durante o período militar, os problemas econômicos que o Brasil enfrentava acabavam por limitar as possibilidades da política externa. Não raro, argumentava-se que um país que mal conseguia resolver suas pendências internas não teria espaço para reivindicar mudanças mais profundas no sistema internacional. Excetuando-se os anos do milagre econômico, os governos militares protagonizaram, de maneira geral, um período de forte crescimento, porém sem sustentabilidade. O Brasil tornou-se refém do endividamento externo, da inflação e da própria política comercial, já que precisava de superávits para tampar os enormes rombos na conta de transações correntes.

Vigevani (2003, p. 31) nota que

[...] até 1988, os parâmetros tradicionais (da política externa) davam sentido a políticas protecionistas, ligadas à ideia de autonomia pela distância. Isso influenciava o conjunto da política exterior, também em temas não relacionados à economia.

Com a queda do muro de Berlim e o fim da guerra fria, o aprofundamento da globalização introduziu mudanças importantes que passaram a ser observadas já no final do governo Sarney. Vigevani afirma que “[...] um determinado tipo de adequação” se iniciou com Collor, continuou com Itamar e “foi aprofundado durante os dois mandatos de FHC.” Como o desenvolvimento econômico sempre foi o objetivo último das ações diplomáticas do País, a tão almejada estabilidade funcionaria como uma espécie de dever de casa para Cardoso. Assim, ao contrário do que se observa com Araújo Castro em seus famosos discursos<sup>1</sup>, a política externa de FHC tinha como “trunfo” o fato de o Brasil estar plenamente inserido na economia internacional e, sendo assim, mais sensível às questões externas. Mais: a

---

<sup>1</sup> Ver: **O congelamento do poder mundial**, 1972, e **Desarmamento, descolonização e desenvolvimento**, 1982.

diplomacia deixou de enxergar o sistema internacional como uma barreira, passando a encará-lo como uma arena de oportunidades dispostas aos competidores globalizados.

Neste trabalho, busca-se compreender de que forma o neoliberalismo foi utilizado não só como elemento ideológico das medidas tomadas pelo governo FHC, seja na política externa ou na política econômica, mas também como elemento discursivo da própria diplomacia. Para ajudar a análise, faz-se um breve histórico do neoliberalismo, em seguida analisa-se de que forma é possível identificar o viés neoliberal no período FHC e, por fim, discutem-se os motivos que levaram ao esgotamento desse modelo.

## 2 NEOLIBERALISMO: UMA BREVE SÍNTESE

A gênese do neoliberalismo remete ao fim da Segunda Guerra. O movimento surgiu capitaneado pelo economista austríaco Friedrich Hayek e buscava ser uma reação teórica e política diante do *Welfare State* keynesiano<sup>2</sup>. O neoliberalismo deu seus primeiros passos na Europa e, pouco depois, na América do Norte. A bem da verdade, os neoliberais tinham como alvo imediato a social-democracia inglesa, representada pelo Partido Trabalhista, que estava prestes a vencer as eleições gerais de 1945. O ambiente de destruição na Europa depois de encerrado o conflito foi o terreno adequado para a construção dos alicerces do paradigma keynesiano. Os ideais intervencionistas tiveram boa aceitação até o início dos anos 70, quando se iniciou uma profunda recessão em todo o mundo capitalista, como observa Perry Anderson (1995, p. 10):

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação,

---

<sup>2</sup> O termo se refere ao economista inglês John Maynard Keynes.

mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Em função desse cenário, o grande objetivo dos neoliberais era, justamente, manter o aparato estatal forte no controle do dinheiro e no rompimento do poder das entidades de classe. Nesse sentido, defendia-se a estabilidade monetária como a meta a ser alcançada por qualquer governo. Para alcançar tal meta, seria preciso, sobretudo, cortar os gastos com bem-estar, pilar central da teoria de Keynes. Curiosamente, foi exatamente a Inglaterra que colocou, no poder, o primeiro governo do mundo publicamente empenhado em experimentar o projeto neoliberal. A primeira ministra-britânica Margaret Thatcher assumiu as rédeas da economia inglesa em 1979. O receituário proposto por Hayek ganhou outro adepto um ano depois, com a vitória de Ronald Reagan nas eleições presidenciais norte-americanas. A ascensão do neoliberalismo foi, aos poucos, consolidando-se. Em 1982, o regime social liberal alemão foi derrotado; em 83, a Dinamarca, país ícone do bem-estar escandinavo, passou para as mãos de uma coalizão de direita. Num movimento mais político do que propriamente econômico (ANDERSON, 1995), todos os países do norte da Europa Ocidental, excetuando-se Suécia e Áustria, elegeram líderes dispostos a romper com o paradigma intervencionista keynesiano.

A onda neoliberal tardou a chegar, de fato, à América Latina. “De fato” porque o Chile foi o pioneiro na adoção dessas políticas, com o governo do General Pinochet, nos anos 70. É bem verdade, vale ressaltar, que o neoliberalismo à chilena era muito mais americano (Milton Friedman) do que austríaco (Hayek). O viés oriundo da América do Norte, por

sinal, predominou nos governos latino-americanos neoliberais. Foram os primeiros presidentes eleitos, depois de encerrados os regimes militares, que iniciaram as reformas neoliberais inclusas no Consenso de Washington<sup>3</sup>. Entretanto, o receituário acabou durando pouco mais de dez anos. Emir Sader (2005, p. 21) realizou uma análise a respeito da derrocada do modelo:

Depois dos ciclos de crise regional iniciados com a crise mexicana em 1994, seguida pela crise do Sudeste Asiático em 1997, pela russa em 1998 e pela brasileira em 1999, configurou-se um quadro de esgotamento do neoliberalismo. Na América Latina, enquanto inicialmente os presidentes se elegiam e se reelegiam conforme adotavam as políticas neoliberais – como aconteceu com Carlos Menem, Alberto Fujimori e FHC –, a partir do final da virada do século passou a acontecer o contrário. Fernando de la Rúa, na Argentina, Jorge Batlle, no Uruguai, Alejandro Toledo, no Peru, Sánchez de Lozada, na Bolívia, Vicente Fox, no México, passaram a ter um destino oposto: não mudavam o modelo econômico e fracassavam rapidamente.

De acordo com Anderson (1995, p. 23), “[...] provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo hoje.” Prosseguindo, ele afirma que “[...] este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoa não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes.” (Ibid.). As eleições que decretaram as vitórias de Lula da Silva, Michele Bachelet, Rafael Correa e Nestor Kirchner não representaram, *a priori*, qualquer sinal de virada teórica, mas apenas a derrota de um paradigma hegemônico até então. Na visão de Bresser-Pereira, o encerramento da onda neoliberal teve um marco. Segundo ele, em artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, de 21/4/2008, “[...] o socorro ao Bear Stearns e as revoltas em

---

<sup>3</sup> Para um debate mais aprofundado sobre o tema, ver Chomsky (2004).

países atingidos pela alta do preço de alimentos marcam esse fim inglório.”

### **3 DIPLOMACIA E ECONOMIA SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL**

É tênue a relação entre política externa e ideologia. A chegada de Cardoso ao poder, embora representasse a continuidade de uma política externa iniciada, em linhas gerais, por Sarney, trouxe mudanças profundas na forma de condução dos assuntos internacionais por parte do Brasil. A começar pelo próprio Itamaraty, que teve sua autoridade em assuntos econômicos transferida para outras agências decisórias. Cervo (2002, p. 6) descreve bem o cenário:

Além de haver-se enfraquecido em razão da discordância interna e da prevalência de pensamento externo à casa, o processo decisório em política exterior do Itamaraty perdeu força sob outro ângulo também, na medida em que as decisões nas áreas da alfândega, das finanças externas e da abertura empresarial foram deslocadas para as autoridades econômicas, que aplicavam diretrizes monetaristas e liberais com desenvoltura e com consequências sobre a organização nacional.

O próprio Cervo nota que, ao contrário dos tempos anteriores, a década de 90 foi um período em que não houve homogeneidade de pensamento dentro do Itamaraty. Com isso, o pensamento de Cardoso, ministro das Relações Exteriores de outubro de 1992 a maio de 1993, prevaleceu na casa, sendo seguido à risca em seguida pelo ministro Lampreia. Os adeptos dessa corrente de pensamento, cuja consolidação ocorreu durante o governo FHC, são denominados “institucionalistas pragmáticos”. Saraiva (2010, p. 46) observa que “[...] no campo econômico, são favoráveis a um processo de ‘liberalização condicionada’ e no espectro partidário encontram identidade principalmente no PSDB, mas

também no DEM.” Para a autora, denominar “liberal” os integrantes desse grupo pode soar impreciso.

Sem abrir mão das visões de mundo da política externa brasileira de autonomia, universalismo e destino de grandeza, os institucionalistas pragmáticos priorizam o apoio do Brasil aos regimes internacionais em vigência, desde uma estratégia pragmática. Esta postura, porém, não significa uma aliança *a priori* com países industrializados, mas sim a identificação da regulamentação das relações internacionais como um cenário favorável ao desenvolvimento econômico brasileiro, uma vez que as regras do jogo devem ser seguidas por todos os países, incluindo os mais ricos. (Ibid., p. 47).

Dando um enfoque paradigmático, Cervo (2003, p. 16) considera o período Cardoso como uma transição do paradigma do Estado desenvolvimentista para o Estado normal. O primeiro foi observado na política externa brasileira dos anos 30 até o final da década de 80. De acordo com o autor, os governos de Vargas, Kubitschek e Geisel foram os mais “contaminados” por essa ideologia. Como se vê, a relação entre política externa e paradigmas ideológicos é bastante tênue. O conceito de Estado desenvolvimentista, ele próprio, reforçava o “aspecto nacional e autônomo da política exterior”. O desenvolvimento nacional, como o próprio nome sugere, funcionou como o vetor norteador das ações externas do País. O Estado normal, por sua vez, surgiu como conceito nas estratégias das relações internacionais do Brasil introduzindo a ideia de mudança. O paradigma surgiu do pensamento político latino-americano no final do século XX e apregoava a prática monetarista como fim último (redução da funcionalidade do Estado, regionalismo aberto, etc.). O objetivo de Cardoso era dividido em três frentes: democracia, estabilidade monetária e abertura econômica. Na visão de Cervo, o Brasil abriu mão de uma política internacional própria para abraçar as reformas sugeridas pelo Consenso de Washington.

Vigevani argumenta que esse processo de renovação paradigmática da política externa nacional se mostrou tão sistemático que foi incorporado à política de Estado

(VIGEVANI, 2003, p. 36). Nesse sentido, o exercício de “autonomia pela integração” – outra denominação aplicada ao período de Cardoso – tinha na política externa um instrumento que contribuiria na resolução da agenda interna do País. O conceito de autonomia pela integração foi definido pelo ministro Lampreia como uma oposição à autonomia pela distância, característica durante a guerra fria. No campo estritamente econômico, o direcionamento dado por Cardoso também encontrava suas bases no Consenso de Washington. Em síntese, e grosso modo, pode-se afirmar que a busca insaciável pela tão falada estabilidade era apenas uma forma do País se portar mais firmemente nos assuntos internacionais. Nesse contexto, as consequências da renegociação da dívida externa foram triviais na condução da política econômica. É certo que as privatizações, a reforma cambial e a abertura comercial já faziam parte do horizonte de ações que levaram o presidente a se reeleger, mas as condicionalidades exigidas pelo FMI e pelo Banco Mundial ajudaram nesse processo.

Como fica claro, o governo de FHC primou pela coordenação de estratégias entre as diversas agências decisórias, e o paradigma neoliberal funcionou como elemento central nesse processo. Em governos anteriores, era natural haver discordância entre os setores desenvolvimentistas do Itamaraty com os ministros da área econômica (Fazenda e Planejamento, sobretudo). Neste trabalho, destaca-se que a coordenação no período Cardoso foi facilitada pela política do “pensamento único”.

#### **4 CONCLUSÃO: CRISE FINAL E DERROCADA DO MODELO**

Muitos autores tendem a considerar o governo FHC como um período em que o Brasil demonstrou subserviência aos Estados Unidos. Todavia, de acordo com o que foi exposto aqui, nota-se que o ocorrido foi algo parecido com “abraçar a ideologia, mas não a parceria”. Prova disso foi o

estancamento das negociações da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca. Os motivos que levaram à crise do modelo neoliberal de inserção foram variados, mas quase todos derivam do fato de tratar-se de uma espécie de mimetismo teórico. Em geral, as estratégias de política externa e econômica sofrem alterações cíclicas de acordo com o ambiente internacional (nos dois casos) e nacional (no caso da política econômica). No caso do neoliberalismo, o que se observou foi o abandono completo do paradigma, em todas as esferas de atuação. Moniz Bandeira (2005, p. 110-111) observa que a adoção das políticas econômicas neoliberais, apesar de buscarem conferir maior autonomia externa ao Brasil, aumentou a vulnerabilidade externa do País. No caso das privatizações dos setores de telefonia e energia elétrica, principalmente, as receitas de exportação tiveram pouco ou nenhum impacto positivo e a desnacionalização das companhias pressionou o balanço de pagamentos, já que as remessas de lucros passaram a ser transferidas para o exterior. As consequências foram drásticas:

O déficit na balança de serviços saltou de US\$ 15,3 bilhões, em 1990, quando o processo inflacionário se intensificara no Brasil, para US\$ 28,8 bilhões, em 1998, e o déficit nas transações correntes pulou de US\$ 3,7 bilhões para US\$ 33,6 bilhões, no mesmo período. Com um déficit comercial acumulado, entre 1995 e 1999, da ordem de US\$ 24,9 bilhões, após anos consecutivos de saldo positivo, o Brasil defrontou-se com a necessidade de ter de captar, anualmente, cerca de US\$ 40 bilhões a US\$ 50 bilhões, no mercado internacional, para atender aos compromissos com o pagamento de juros e transferência de lucros, fretes e *royalties*, bem como amortizar os empréstimos e fechar as contas externas.

Em linhas gerais, foi a própria arena econômica, que funcionaria como impulso das ações da diplomacia, a grande vilã do neoliberalismo. Os prejuízos nas transações correntes e no saldo comercial, apesar de revelarem indicadores separados, mostram um ciclo vicioso que se instalou na

economia por causa da estabilização. Carneiro (2002) observa que a combinação de valorização cambial e abertura comercial foram os grandes responsáveis pela inversão do sinal da balança comercial de aproximadamente US\$ 12 bilhões na primeira metade da década de 90 para US\$ 6 bilhões negativos por ano na segunda metade. Somente em 1999 o governo decidiu pela maxidesvalorização, mas mesmo assim o déficit comercial se manteve, apesar de fechar o ano com um resultado muito melhor com relação aos anos anteriores. Entretanto, a desvalorização maciça da moeda redundou em retração do crescimento doméstico, com o objetivo de reduzir as importações.

O gráfico abaixo, retirado de Carneiro (*op. cit.*) mostra bem o desempenho do ciclo comercial proveniente das políticas neoliberais.

**Ciclo econômico, saldo comercial, importações e exportações (US\$ bi) e (%), 1991-2000**

	Saldo	Variação (%)	Impor- tações	Variação (%)	Expor- tações	Variação (%)	Var. do PIB (%)	Var. do Com. Intern. (%)
1991	10,6	-1,9	21,0	1,9	31,6	0,6	0,3	4,2
1992	15,3	44,3	20,5	-2,4	35,8	13,3	-0,8	5,5
1993	13,3	-13,1	25,2	22,9	38,5	7,5	4,2	4,1
1994	10,5	-21,1	33,0	31,0	43,5	13,0	6,0	9,9
1995	-3,4	-132,4	49,9	51,2	46,5	6,9	4,2	9,7
1996	-5,6	64,7	53,3	6,8	47,7	2,6	2,7	6,0
1997	-6,7	19,6	59,7	12,0	53,0	11,1	3,6	9,5
1998	-6,6	-1,5	57,7	-3,4	51,1	-3,6	-0,1	4,0
1999	-1,4	79,0	49,4	-14,4	48,0	-6,1	0,8	7,0
2000	-0,8	43,0	55,8	13,0	55,0	14,5	4,4	9,0

Fonte: Banco Central do Brasil.

Com essa progressiva deterioração das exportações líquidas, as contas que compunham a balança de transações correntes também foram fortemente afetadas, tornando-se negativas.

Balço de transações correntes (US\$ bi),  
1992-2000

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Balança Comercial	15,2	13,3	10,5	-3,3	-5,5	-6,8	-6,6	-1,2	-0,7
Serviços Reais	-3,6	-5,5	-5,9	-7,8	-8,9	-10,3	-9,7	-6,0	-7,6
Saldo de Trans. Reais	11,6	7,8	4,6	-11,1	-14,4	-17,1	-16,3	-7,2	-8,3
Renda de Capitais	-7,7	-10,0	-8,9	-10,8	-11,6	-15,9	-19,1	-19,2	-17,9
Transf. Unilaterais	2,2	1,7	2,6	3,9	2,9	2,2	1,8	2,0	1,5
Déf. Trans. Correntes	6,1	-0,5	-1,7	-18,0	-23,1	-30,8	-33,6	-24,4	-24,7
Memo: (% do PIB)	n.d.	0,0	0,3	2,6	3,0	3,8	4,3	4,4	4,2

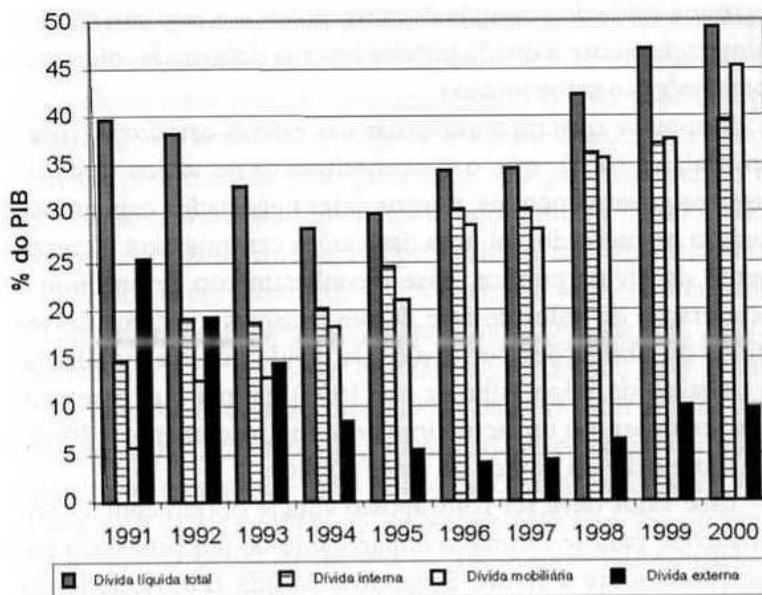
Fonte: Banco Central do Brasil.

O último elemento econômico de choque causado pelas políticas de estabilização foi a composição da dívida pública, ou seja, a situação patrimonial da economia. Depois do Plano Real, a dívida pública interna atingiu uma trajetória impressionante de 20 pontos percentuais do PIB em apenas cinco anos. Algo parecido na história econômica brasileira só havia acontecido durante a crise da dívida nos anos 80. Carneiro (2002, p. 394) divide a expansão da dívida em dois momentos:

De 1994 a 1997, cresce a dívida interna e cai a externa, ou seja, a acumulação de reservas, além de implicar crescimento da primeira, também faz cair a dívida pública externa líquida. Após 1998, a perda contínua de reservas e, posteriormente, o endividamento junto às instituições multilaterais fazem crescer também a dívida externa. Na ausência de déficits primários nas contas públicas, a dívida originou-se da combinação entre taxas de juros elevadas e a esterilização da absorção de recursos financeiros do exterior.

Depois de 1998, o forte déficit comercial fez com que aumentasse a pressão pela desvalorização cambial e o impacto na dívida pública foi significativo. Como grande parte das empresas já havia sido privatizada, a situação patrimonial

do País se viu refém da política monetária para tentar conter o avanço da dívida.



Dívida líquida do setor público.

Fonte: Banco Central do Brasil. *Boletim Mensal* (Vários anos).

Cervo (2002, p. 30) afirma que os erros ocorridos no campo da economia acabaram por minar a ação da diplomacia. Para ele, Cardoso

[...] expôs as finanças à especulação, converteu a política de comércio exterior em variável da estabilidade de preços e alienou boa parte do núcleo central robusto da economia, mediante o mecanismo da privatização com transferência de ativos ao exterior.

Ao que parece, o fracasso neoliberal ganhou corpo justamente onde apregoava que teria sucesso: na economia internacional. Os movimentos de abertura, privatização e liberalização condicionada nada mais eram do que um

processo conduzido por um governo que acreditava no meio internacional como propulsor do desenvolvimento. O próprio Cardoso (2001, p. 11-12) já afirmava:

Já mencionei anteriormente que o Brasil vê a si mesmo em harmonia com os principais valores prevaletentes nas relações internacionais de hoje. Uma das razões disso é que esses valores são a expressão de uma profunda identidade de pontos de vista entre as pessoas em diferentes países em todo o mundo. [...] O Brasil tem consciência de que tem muito a ganhar em uma economia internacional mais aberta e mais estável, sem distorções ou monopólios de qualquer tipo – de riqueza, de conhecimento ou de poder. Sabemos que quanto mais formos capazes de resolver nossos próprios problemas, mais a nossa voz será ouvida no exterior.

No final do segundo mandato de Cardoso, as crises decorrentes da globalização assimétrica foram responsáveis por uma correção discreta de rumos na condução da política externa. Com a crise financeira de 1999, explicitou-se mais ainda a vulnerabilidade externa do País e, com a virada do século, houve um retorno do discurso sobre as assimetrias do sistema internacional, a distribuição desigual de poder e a incapacidade da socialização dos lucros no sistema multilateral de comércio. A eleição sistemática de governos de “esquerda” no continente marcou o início da derrocada completa do modelo neoliberal de pensamento. Ao final do seu segundo mandato, Cardoso teve de enfrentar pressões contínuas da opinião pública e até por parte da imprensa. Argumentava-se que a estratégia de inserção baseada no princípio do *global trader* não conseguiu vingar seus objetivos de diminuir a pressão do Norte e diversificar as parcerias, mas serviu apenas para aprofundar e tornar mais nítida a dependência do Brasil ao humor internacional.

É certo que a matriz neoliberal teve seus êxitos em incluir o Brasil entre aqueles países que aderem aos valores universais, como nota Vigevani (2003). O fim da guerra fria, o trunfo do liberalismo e a valorização da democracia passaram

a dar a tônica da estrutura que começou a se formar ao redor do globo. Mas como o desenvolvimento econômico era o passo inicial para garantir maior autonomia externa, a incapacidade em promovê-lo encolheu o peso do Brasil na economia mundial. Sem apoio interno e com os olhares atravessados da opinião pública mundial, a eleição de Lula da Silva, em 2002, foi o golpe certo nas aspirações fracassadas do neoliberalismo pelas bandas de cá.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Fim da onda neoliberal**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=2673>. Acesso em: 2 nov. 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do presidente da república. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 44, n. 1, p. 5-12, 2001.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Ed. da Unesp; IE Unicamp, 2002.

CASTRO, J. A. de Araújo. O congelamento do poder mundial. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 33, UFMG, p. 7-30. jan. 1972.

\_\_\_\_\_. Desarmamento, descolonização e desenvolvimento. In: Rodrigo Amado (Org.). **Araújo Castro**. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, 2003.

\_\_\_\_\_. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 5-35, 2002.

\_\_\_\_\_. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?: neoliberalismo e ordem global**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A política exterior do Brasil: de FHC a Lula. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 49, jun. 2005.

SADER, Emir. **Perspectivas: os porquês da desordem mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e a visão sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos X autonomistas. **Mural Internacional**, ano 1 n. 1, PPGRJ/UERJ, p. 45-52. jan./jun. 2010.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; CINTA, Rodrigo. A política externa do governo Cardoso: um exercício de autonomia pela integração. **Tempo Social**, n. 20, p. 31-61, 2003.